

LEI N.º 3.428

DE 8 DE ABRIL DE 2016.

PREFEITURA 14 16 a 121041 16

GSIA de 1511 de 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar anualmente incentivo financeiro adicional aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE).

Alexandre Freitas Elias Secretário Chefe da Casa Civil

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS, aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar anualmente, incentivo financeiro adicional, na forma de abono salarial, aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE) ativos e ocupantes de cargo efetivo, provenientes de recursos transferidos pelo Governo Federal, através do Ministério da Saúde ao Município de Goianésia, nos termos da Lei Federal nº 11.350/06, alterada pela Lei nº 12.994/14.

§ 1º Somente fará jus ao recebimento do incentivo previsto no *caput* deste artigo, os Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias, que estejam em efetivo exercício no Município de Goianésia, e cumpram as seguintes ações e metas:

I – a realização mensal de visitas, no mínimo 90%, às famílias residentes na área de abrangência de trabalho do ACS e, no mínimo 90%, nos imóveis das áreas trabalhadas por ACE, com preenchimento do formulário de Registro Diário de Visita (RDS) e a Ficha de Atendimento Domiciliar, sendo que a última deve permanecer fixada no imóvel, permitindo que, por meio de supervisão amostral, a visita seja confirmada e certificada (exceto nos períodos de ações conjuntas quando os índices deverão ser avaliados em somatório dos ACS e ACE);

II – assiduidade, com frequência integral no período de apuração, sendo considerado assíduo o servidor que não tiver nenhuma falta injustificada e tenha cumprido corretamente a sua carga horária;

III - redução de 20% (vinte por cento) dos casos de endemias no Município de Goianesia, em relação ao ano anterior.



- § 2º A aferição do cumprimento das ações e metas estabelecidas, será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Goianésia, ao longo do ano de 2016 e subseqüentes.
- **Art. 2º** O incentivo financeiro será pago em parcela única e individual, e será fixado anualmente, tendo como base o valor transferido por agente, a ser repassado aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias que cumprirem os requisitos previstos no do art. 1º desta lei, e enquanto perdurar o repasse realizado pelo respectivo Ente para essa finalidade, extinguindo-se a obrigação da municipalidade em caso de cessação dos repasses financeiros.
- § 1º O valor do incentivo financeiro adicional de que trata esta lei não integrará a remuneração de férias, de décimo terceiro, não se incorporará para nenhum efeito legal à remuneração dos ACS e aos ACE, e não servirá de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional ou benefício previdenciário.
- § 2º A aferição e avaliação dos critérios serão processadas anualmente (de janeiro a dezembro) com repasse aos servidores contemplados até 30 (trinta) dias após o depósito do respectivo recurso na conta vinculada do Município.
- **Art. 3º** As despesas oriundas da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.
- **Art. 4º** Os casos omissos e/ou que necessitem de regulamentação serão resolvidos através de Decreto.
- Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS, aos oito dias do mês de Abril dois mil e dezesseis (08.04.2016).

JALLES FONTOURA DE SIQUEIRA Prefeito de Goianésia